



### III Simposio Internacional de historia de la electrificación.

Ciudad de México, Palacio de Minería, 17 a 20 de marzo de 2015

## **O APAGAR DAS LUZES: PROCESSO DE VENDA DA AMFORP NO BRASIL (1961-1965)**

Angela Lúcia Ferreira  
angela.ferreira@pq.cnpq.br

Yuri Simonini  
ysimonini@gmail.com

Maria do Livramento Miranda Clementino  
clement@ufrnet.br

Grupo de Pesquisa História da Cidade, do Território e do Urbanismo - HCUrb  
Universidade Federal do Rio Grande do Norte/Brasil

#### **O apagar das luzes: processo de venda da AMFORP no Brasil (1961-1965). (Resumo)**

Os problemas enfrentados pela American & Foreign Power Co. – AMFORP – em diversos países a partir do final da década de 1950 forçaram a empresa a se desfazer de suas propriedades internacionais. Nesse contexto, o agravamento cambial e a alta inflação desencadearam o interesse pela venda de suas subsidiárias brasileiras em 1961. Contudo, o processo foi marcado por diversos reveses, polêmicas e críticas acerca das condições originalmente acordadas, entre elas o valor a ser pago. Objetiva-se contextualizar o processo de nacionalização da AMFORP entre os anos de 1962 a 1965 e a decorrente visibilidade conferida à "empresa norte-americana", contribuindo no debate acerca das formas operacionais de aquisição de empresas multinacionais pelo Governo Federal. Com base nos documentos arrolados no Centro de Memória da Eletricidade e jornais, verifica-se que o processo aquisitivo desvelou complexas negociações com resultados favoráveis ao Brasil, além do início da integração do setor energético brasileiro sob o controle estatal.

**Palavras-chave:** História da eletrificação, American & Foreign Power Co., Estatização do setor elétrico, Brasil.

#### **“Luces que se apagan”: proceso de venta de la AMFORP en Brasil (1961-1965). (Resumen)**

Los problemas enfrentados por la *American & Foreign Power Co.* –AMFORP– en varios países desde finales de la década de 1950 obligaron a la empresa a deshacerse de sus propiedades internacionales. En tal contexto, en 1961, la devaluación cambiaria y la elevada inflación

desencadenaron el interés por la venta de las sucursales brasileñas. Sin embargo, el proceso fue muy controvertido por los diversos reveses, polémicas y críticas desatadas acerca de los términos acordados originalmente, entre ellos la amortización de los valores. El objetivo del presente artículo es reconstruir el contexto del proceso de nacionalización de la AMFORP entre los años 1962-1965 y la visibilidad, finalmente, conferida a la denominada "empresa norteamericana", contribuyendo al debate sobre las formas de operación de la adquisición de empresas multinacionales por el Gobierno Federal. Basándonos en los documentos inventariados en el *Centro de Memoria de la Electricidad* y en periódicos de la época estudiada, constatamos que el proceso de adquisición de AMFORP desvela la complejidad de las negociaciones favorables a Brasil y el inicio del proceso de integración del sector energético brasileño bajo el control del Estado.

**Palabras clave:** Historia de la electrificación, American & Foreign Power Co., Nacionalización del sector eléctrico, Brasil.

### **The lights off: the AMFORP selling process in Brazil (1961-1965). (Abstract)**

The problems faced by American & Foreign Power Co. – AMFORP – in several countries in the late 1950s forced the company to dispose of its international properties. In this context, the exchange rate deterioration and high inflation triggered interest in the sale of its Brazilian subsidiaries in 1961. However, the process was characterized by many setbacks, controversy and criticism about the original agreed terms, including the amount to be paid. This article aims to contextualize the process of nationalization of AMFORP between the years 1962-1965 and the resulting visibility given to the "U.S. company", contributing to the debate about operational forms of multinational companies acquisition by the Federal Government. Based on the documents listed in the Electricity Memory Center and newspapers, it appears that the acquisition process unveiled complex negotiations with favorable results to Brazil and the beginning of the Brazilian energy sector integration under the State control.

**Key-words:** History of electrification, American & Foreign Power Co., Electricity sector nationalization, Brazil.

O Brasil, no começo da década de 1960, assistiu à consolidação de um novo modelo econômico, com ênfase na industrialização. Denominado “Arranco”, esse processo histórico – iniciado na década de 1930 – se caracterizou, entre outros fatores, por uma forte motivação nacionalista e autárquica e um intervencionismo como instrumento desenvolvimentista<sup>1</sup>. Nesse sentido, o Governo Federal orientou suas ações a fim de nacionalizar diversos setores considerados estratégicos, como a energia elétrica. Dominado pela iniciativa privada, sobretudo estrangeira, esse setor atendeu,

---

<sup>1</sup> Buescu, 2011.

“(…) satisfatoriamente às necessidades do País, até que as alterações estruturais por que passou a economia brasileira, situadas com maior ênfase na aceleração do ritmo da industrialização e ocorrentes em fase de processo inflacionário, cuja evolução não era acompanhada pela introdução de correções adequadas no sistema econômico-financeiro”.<sup>2</sup>

Com a incapacidade das empresas concessionárias em manter o contínuo desenvolvimento do seu sistema e sem novos investimentos, o setor energético sofreu com a paralisação na expansão das redes e na deterioração das existentes, ocasionando falhas no atendimento às necessidades brasileiras e impondo um obstáculo ao plano desenvolvimentista do país. Esses dois fatores – forte nacionalismo e inflação sem controle – concorreram para corroer as relações entre o Brasil e os Estados Unidos. Essa situação se agravou quando o então governador do estado do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, desapropriou as propriedades da *American Foreign Power Co.* – AMFORP – em 1958, além dos problemas enfrentados pela *Pernambuco Tramways and Power Company Limited*, em 1961. Os atritos levaram o Presidente João Goulart a iniciar conversações com o Presidente Kennedy a fim de resolverem essa questão.

O governo brasileiro, se posicionando favoravelmente à compra das subsidiárias da AMFORP, veio ao encontro da Companhia estadunidense que já havia se manifestado favorável à venda de suas subsidiárias, uma vez que os dividendos caíram significativamente, conforme atesta o relatório acionário da empresa, de 1961:

“Não só a depreciação da moeda brasileira continua a ter um efeito negativo sobre os lucros das empresas, expresso em dólares, mas o aumento dos custos de operação resultante da inflação, juntamente com atrasos em obter taxas para compensação, resultou em ganhos deficientes, em cruzeiros”.<sup>3</sup>

Contudo, a compra das subsidiárias da AMFORP ocorreu sob um intenso debate acerca do valor a ser pago, com mobilização dos governos brasileiro e estadunidense, que atravessou o turbulento período de 1964-65, durante a implantação do Regime Militar no país. Contextualizar a visibilidade conferida à “empresa norte-americana”, no processo de nacionalização da AMFORP entre os anos de 1962 a 1965 é o objetivo deste trabalho. Busca-se, assim, contribuir no debate acerca das formas operacionais de aquisição de empresas multinacionais do setor energético e sua relação com o Governo Federal, frente às mudanças político-econômicas ocorridas.

Este trabalho encerra o quadro geral, engendrado pelo Grupo de Pesquisa História da Cidade, do Território e do Urbanismo, sobre a atuação da AMFORP no território brasileiro. Inicialmente, em 2012, o artigo “Os donos da luz: Sistemas de gestão e redes técnicas no território brasileiro. O caso da AMFORP (1927-1939)” apresentado durante o “*Simpósio Internacional Globalización, innovación y construcción de redes técnicas urbanas en América y Europa, 1890-1930. Brazilian Traction, Barcelona Traction y otros conglomerados financieros y técnicos*” abordou sua atuação inicial no Brasil. Em seguida, o trabalho “A penumbra da Luz: redes técnicas brasileiras e a gestão da AMFORP entre 1952 a 1963”, elaborado em 2013 para o

<sup>2</sup> Histórico..., 1966, p.3

<sup>3</sup> American..., 1961, p.14. Adaptado do original: “Not only did the depreciation of the Brazilian currency continue to have an adverse effect on the companies’ earnings, as expressed in dollars, but the rise in costs of operation resulting from inflation, coupled with delays in obtaining compensating rate increases, resulted in deficient cruzeiro earnings”.

“Simpósio Internacional sobre Eletrificação e modernização social. A expansão da energia elétrica para a periferia do capitalismo” tratou dos momentos finais da empresa estadunidense no país.

As principais fontes de dados utilizados consistem no material arrolado no Centro de Memória da Eletricidade, com destaque o Fundo Thibau, acervo do então ministro de Minas e Energia Mauro Thibau (1964-1967) que contem vasta documentação do processo de venda como, por exemplo, o relatório da Comissão de Nacionalização das Empresas Concessionárias de Serviços Públicos – CONESP –, memorandos intergovernamentais, relatórios técnicos, minutas e diversos escritos mimeografados. Outro importante material é o relatório elaborado pela A. B. *Scandinavian Engineering Corporation* – SEC, cujo parecer foi solicitado pela Empresa Elétrica Brasileira – ELETROBRÁS – e pela AMFORP, para avaliação do valor a ser pago pelo governo brasileiro, de acordo com o contrato estipulado em 12 de dezembro de 1964, além da utilização dos relatórios acionários da empresa e de bibliografia acerca do tema. Inicialmente, o trabalho expõe uma síntese do cenário econômico brasileiro na década de 1960 para, em seguida, abordar as conversações entre o governo brasileiro e os representantes da AMFORP. Por fim, o último item trata da exposição pública da empresa estadunidense e da continuidade e conclusão das negociações, encerrando as atividades da AMFORP no Brasil.

## O clima econômico dos anos sessenta

Os anos 1960 marcam um momento particular da transição político-econômica do Brasil. Contudo, convém abordar inicialmente, mesmo que maneira breve, alguns dos processos vivenciados pelo país a partir da década de 1930 que marcaram profundamente os rumos seguidos nas décadas seguintes. Dentre estes, notadamente, os primeiros momentos da industrialização brasileira, que acarretou num grande fluxo populacional do campo para a cidade.

A política econômica posta em prática pelo governo de Getúlio Vargas, a partir da Revolução de 1930, gerou efeitos que resultaram não apenas na recuperação da crise de 1929, mas, num sentido mais amplo, na formação do mercado nacional e na mudança do padrão de acumulação de capital no país. A economia brasileira passou a transitar do antigo modelo “Primário Exportador” (de crescimento voltado *para fora*), para o da Industrialização (crescimento voltado *para dentro*), mudando, segundo Celso Furtado, o “Centro Dinâmico da Economia” com alterações nas bases do antigo padrão de acumulação, que passa a se voltar para o investimento autônomo.<sup>4</sup>

Com isso, avançou a internalização de tomada de decisões, principalmente na órbita do Estado, ao ampliar, sobremodo, suas funções de estímulo e de indução ao desenvolvimento nacional, com forte ampliação do gasto e do investimento públicos<sup>5</sup>. Para tanto, foi preciso radical mudança no papel do Estado nacional em sua organização, nos instrumentos e nos meios, antes centrados exclusivamente para uma economia primário-exportadora, dentro dos ditames liberais do padrão ouro.

---

<sup>4</sup> Furtado, 1982.

<sup>5</sup> Cano, 2004.

A despeito da Depressão e, posteriormente, da Segunda Guerra, o novo padrão da economia acelerou o crescimento do PIB nacional, cuja taxa média anual, entre 1930 e 1970, atingiu seis por cento, acima da média dos 4.3 por cento do período 1900-1930. Por sua vez, o PIB da indústria atingiu no mesmo período 8.2 por cento, elevando a participação da indústria no PIB brasileiro de 12.5 por cento para 29.3 por cento, em 1970<sup>6</sup>. Essa política, e mais um grande conjunto de novas medidas e arranjos institucionais implementados ao longo do período 1930-1954 – além daquela recuperação e mudança no padrão de acumulação – iniciaram o processo de integração do mercado nacional, consolidando nossa primeira etapa de industrialização, a *restringida*.

Os investimentos industriais, público e privado, elevaram a capacidade produtiva do setor, provocaram sua diversificação, com a implantação da indústria de bens de produção e de consumo durável, e também intensificaram o comércio inter-regional no país. Com isso os investimentos públicos em infraestrutura, passaram a ser priorizados. Essa velocidade do crescimento econômico também acelerou a abertura de postos de trabalho na cidade e o processo de urbanização. Segundo Wilson Cano uma *urbanização suportável*, dada a existência de mecanismos de assentamento e acomodação das camadas de baixa renda, em termos de possibilidade de uma periferização ainda próxima aos centros urbanos<sup>7</sup>. Todavia, a fiscalidade estadual e a municipal também cresceram, não na mesma proporção da expansão urbana, mas que, de forma ainda que parcial, elevou o gasto público urbano e a oferta de serviços sociais, amenizando o problema social que surgiria após os anos setenta.

O governo Vargas sabia que, para integrar o mercado nacional, era preciso remover dois importantes obstáculos: a carência da infraestrutura de transportes, de energia e de comunicações e os impostos interestaduais, de modo a facilitar e ampliar a circulação das mercadorias no território nacional. A infraestrutura foi expandida e, em parte, desconcentrada, ao revitalizar o transporte ferroviário, melhorando o de cabotagem e iniciando uma ampliação da rede rodoviária federal, impulsionada na década de 1940.

As bases produtivas da economia pressionavam no sentido de converter o processo *restringido* de industrialização para o de instalação da indústria pesada. O avanço na industrialização se deu no momento em que o Estado supria parte da debilidade do capital privado nacional, investindo em petróleo, aço, produtos químicos básicos, infraestrutura, bancos, transporte, energia e telecomunicações. O setor energético deu largos passos para diminuir a dependência externa, com a criação da Petrobrás e da Eletrobrás. Além disso, foi ampliada a rede rodoviária e reequipada a ferroviária. Assim, o petróleo, o aço, o carvão, a energia elétrica, a indústria química e a mineração foram objeto de vários planos e programas governamentais.

O governo de Juscelino Kubitschek (1956-1960) fez avançar ainda mais o processo de industrialização fomentado pelo maciço bloco de investimentos realizados entre 1956 e 1960 por meio do Plano de Metas. Os anos iniciais da década de 1960 (1961-1964), contudo, se caracterizam pela crise econômica, representado pelo “(...) agravamento inflacionário, a crise

---

<sup>6</sup> Cano, 2007.

<sup>7</sup> Cano, 2004.

fiscal e financeira do Estado, a desaceleração do crescimento industrial e o esgotamento do manejo instrumental da política econômica".<sup>8</sup>

A crise política, na esteira do agravamento do setor financeiro, significou um lapso à continuidade de uma proposta institucional moderna e democratizante. José Wellington Germano assim resume os principais fatores que tiveram importante papel nesta crise:

“a) a radicalização das posições dos partidos políticos com relação à orientação a ser dada nos assuntos econômicos, políticos, nas relações externas, etc; b) a intensa politização das massas, sobretudo urbanas, ao longo do período em que concorreram para a mencionada politização: o episódio da renúncia de Jânio [Quadros]; as frequentes campanhas de reivindicação salarial, quando eram realizados comícios, assembleias, greves e, por fim, o debate em tomo das reformas de base – agrária, tributária, universitária; c) o divórcio entre o poder legislativo e o poder executivo: de um lado o Congresso Nacional composto, boa parte, por representantes da sociedade agrária e, por outro lado, o executivo, fortemente influenciado pelos interesses e valores ligados à sociedade urbano-industrial”.<sup>9</sup>

Foi no âmbito dessa contradição que se desenvolveram, ao mesmo tempo, a tomada de consciência por respostas mais efetivas por parte da sociedade da gravidade dos problemas maiores do país e o cenário para o período autoritário que o Golpe Civil-Militar se instaurou a partir de 1964<sup>10</sup>. A partir de 1967, a orientação macroeconômica se voltou para "tudo ao capital". A classe trabalhadora, sempre sob a justificativa de combate à inflação, sofreu um grande arrocho salarial que, associado à reforma financeira, oportunizou, a partir de então, uma reconcentração da renda nacional. Um desenvolvimento acelerado, e relativamente desordenado, foi o grande legado do final da década de sessenta, sobretudo da época do “Milagre Econômico” (1969-1973), feito a custa de enorme dívida externa.

E antes da crise atingir seu ápice em 1964-65, no qual o governo militar promoveria suas primeiras reformas econômicas e institucionais, se fazia necessário dar continuidade às políticas do governo anterior, notadamente ao programa de estatização das concessões públicas brasileiras.

## Negociações em movimento

De acordo com o artigo apresentado no último Simpósio Internacional de Eletricidade, Angela Lúcia Ferreira, Alexsandro Ferreira e Yuri Simonini apontavam a crise internacional por que passavam as subsidiárias da AMFORP, agravada com a perda da subsidiária cubana e, no plano nacional, com os diversos problemas enfrentados pelas congêneres brasileiras. Conforme o artigo, a inflação se mantendo em 44 por cento ao ano ocasionou uma queda de 12 por cento na receita operacional da empresa. Para evitar a deterioração do sistema, as subsidiárias brasileiras paralisaram o envio de dividendos à sua matriz.<sup>11</sup>

---

<sup>8</sup> Cano, 1988, p.21.

<sup>9</sup> Germano, 1989, p.27.

<sup>10</sup> Clementino, 1995.

<sup>11</sup> Ferreira, Silva e Simonini, 2013.



Contudo, a encampação, sem indenização, da subsidiária sul-rio-grandense “com grande alarde publicitário, anunciada e promovida com o caráter efetivo de um confisco”<sup>12</sup> tornou a situação ainda mais insustentável. Mauro Thibau – então ministro das Minas e Energia – relembra, ainda, em seu discurso outras situações análogas: “(...) mais tarde, tentativa idêntica em relação à subsidiária de Vitória, pelo Estado do Espírito Santo, a que se seguiu um litígio em Recife, com o Estado de Pernambuco, em torno da indenização de parte do acervo reversível ao poder concedente, complicavam o problema”.<sup>13</sup>

Diante de uma conjuntura desfavorável, a AMFORP começou a sinalizar a venda de suas subsidiárias brasileiras. Em novembro de 1961, a empresa entregou uma proposta à embaixada brasileira em Washington. O presidente da companhia, Henry B. Sargent, em carta endereçada ao presidente Goulart, retomou alguns pontos desta proposta, principalmente no que se refere às vantagens da aquisição para o Brasil: 1) Facilitaria a continuação dos necessários programas de melhoramento infraestrutural sob a responsabilidade das subsidiárias; 2) Removeria os impedimentos de investimentos privados para outras áreas por meio da eliminação da fonte de atrito; 3) Daria às questões de nacionalização do setor energético brasileiro, uma ação racional impediria uma intrusão do governo em empreendimentos privados; 4) Possibilitaria o planejamento racional do setor energético com base regional e nacional; 5) Os investimentos privados alocados poderiam migrar para outros setores, notadamente os industriais, dinamizando a economia e servindo como catalizador para atração de novos investimentos; 6) O uso de financiamento governamental poderia diminuir os custos; 7) o governo poderia intervir nas taxas, adotando critérios para estabilização econômica das subsidiárias (sem o necessário incremento dos dividendos e lucros privados); 8) O controle tarifário poderia encorajar o desenvolvimento de determinadas áreas econômicas ou setores industriais; 9) O controle total do sistema energético permitiria redução de custos operacionais e menor aplicação de capitais.<sup>14</sup>

A carta de intenções da AMFORP teve rápido retorno por parte do governo brasileiro. Em março de 1962, em discurso para à Câmara do Comércio, O presidente João Goulart se posicionou a favor da “(...) necessidade de chegar-se a uma solução construtiva em relação ao problema das concessionárias de serviços públicos”<sup>15</sup>. Um mês depois, em Washington, em sessão do congresso estadunidense, manifestou novamente o desejo do Brasil em adquirir as subsidiárias da AMFORP.

Nesta visita, o presidente Goulart se reuniu com o presidente John Kennedy para discutir essa situação. A partir do entendimento mútuo e diante da possibilidade de resolver a questão, o presidente Goulart instituiu, em 30 de maio de 1962, a Comissão de nacionalização das empresas concessionárias de serviços públicos – CONESP – conforme estipulado no Decreto 1.106 de 30

---

<sup>12</sup> Thibau, 1964, p.8, pasta 194. O Fundo Thibau, mencionado anteriormente, consiste num conjunto documental dividido em várias pastas sem ordem específica ou critério na seleção do conteúdo existente. Em muitos casos, diversos documentos, a maioria mimeografados ou cópias oficiais, foram reunidos em um único maço. Nesse sentido, adotou-se este modelo de referência, indicando a pasta de origem e, quando possível, o título do documento referente.

<sup>13</sup> Thibau, 1964, p.9, pasta 194. A questão da subsidiária capixaba não apareceu nos relatos acionários da AMFORP. Infere-se que a situação deva ter sido solucionada rapidamente.

<sup>14</sup> Sargent, 1963, pasta 120.

<sup>15</sup> Aquisição..., s.d., pasta 181, p.1

de maio de 1962, cuja regulamentação consta no Decreto 1.203 de 19 de junho do referido ano. Com membros<sup>16</sup> de diversos setores governamentais, a CONESP objetivava analisar os serviços a serem explorados diretamente (encampados), de acordo com as prioridades estabelecidas pelo governo e ser o intermediário nas negociações de compra, além de responsável pela apresentação dos planos de compra e venda tratados nas negociações. Apesar de se tratar de uma comissão de objetivos mais amplos, a situação da AMFORP demandou uma exclusividade nos esforços para tratar da questão.<sup>17</sup>

O relatório, entregue em 19 de fevereiro de 1963, afirma que na sétima reunião, de 23 de agosto, os representantes da AMFORP analisaram a proposta de venda das propriedades brasileiras. Em 29 de agosto, foi instaurada uma comissão para a análise dos itens pelos engenheiros Paulo Azevedo Romano (diretor da Divisão de águas do Ministério das Minas e Energia) e Natércio Pereira (Chefe de Departamento da CHESF) e pelo economista Paulo Mafra (assistente do presidente da CEMIG). Os critérios adotados pela comissão, de acordo com o a Portaria n.1, seriam: a) custo histórico não reajustado; b) custo histórico reajustado, pela aplicação de índices econômicos do Conselho Nacional de Economia – CNE; c) custo histórico reajustado pela aplicação dos índices da Fundação Getúlio Vargas; e d) custo de reprodução.<sup>18</sup>

Com o parecer da comissão concluído em 10 de outubro de 1962, a CONESP adotou como alternativa a negociação via compra das ações, ao invés da compra do acervo patrimonial, uma vez que, oferecia “(...) vantagem de manter a integridade da organização, permitindo assim mais completa transferência de recursos tecnológicos e gerenciais acumulados pelas companhias”<sup>19</sup>. A opção pela compra foi baseada em casos anteriores de venda das subsidiárias na Argentina, no México e na Colômbia. Dentre estes, o Governo adotou como base o exemplo mexicano, por ter apresentado condições mais vantajosas para o comprador.

Com relação aos prazos, de acordo com o Decreto 5.764 de agosto de 1943, aqueles que possuíssem contratos de concessão assinados antes da regulamentação do Código de Águas, de 1934<sup>20</sup>, o caso de todas as subsidiárias da AMFORP, as data seriam contadas a partir da assinatura dos novos contratos, conforme justificativa da CONESP:

“Sendo assim, não se pode deixar de considerar que não tendo os novos contratos sidos ainda assinados, as concessionárias poderiam alegar que suas concessões continuarão em vigor até a data em que forem assinados os aludidos contratos, salvo resolvam o Poder Concedente encampar aquelas concessões mediante prévia indenização, conforme previsto na legislação vigente”.<sup>21</sup>

A Sugestão da CONESP pelo segundo critério, com base na correção monetária pelos índices fixados pelo Conselho Nacional de Economia de 1959, foi recusado pela AMFORP por conter “graves distorções”. Lançado a contraproposta de US\$ 138,6 milhões com pagamento inicial de

<sup>16</sup> General Carlos Derenhauer Júnior (presidente – depois assumiu o engenheiro Paulo Azevedo Romano), João Pedro Gouvêa Vieira (advogado e conselheiro do BNDES), os diplomatas Mário Gibson Alves Barbosa (membro da embaixada brasileira em Washington) e Jayme Azevedo Rodrigues e o assessor do ministro das relações exteriores Henrique Rodrigues Valle Júnior, além dos presidentes do BNDES e da Eletrobrás.

<sup>17</sup> Histórico..., 1963.

<sup>18</sup> Histórico..., 1963.

<sup>19</sup> Relatório..., 1963, p.10

<sup>20</sup> Cf. Decreto 24.643, de 10 de julho de 1934.

<sup>21</sup> Relatório..., 1963, p.12.



U\$ 10 milhões, prazo de 17 anos, mais 03 de carência, com reinvestimento de 75 por cento do valor da transação e juros de 6.5 por cento da parte livre e 06 por cento da parte reinvestida. Ainda faltavam acertos para os U\$ 10 milhões de juros e créditos da empresa estadunidense e não remetidos pelas companhias subsidiárias.<sup>22</sup>

As negociações que se seguiram apontaram para a aprovação pela AMFORP dos valores e prazos estabelecidos e a CONESP apontava as vantagens desta negociação a longo prazo para os interesses nacionais, bem como a viabilidade da proposta:

“A conclusão da Comissão foi a de que, de acordo com a legislação brasileira, a receita prevista para aquela operação seria suficiente para cobrir os compromissos totais da operação, mesmo sem considerações de melhorias facilmente efetiváveis e de positiva influência na rentabilidade, como era a ampliação da usina de Peixoto”.<sup>23</sup>

A proposta acertada entre o Governo Brasileiro e a AMFORP pode ser resumida da seguinte forma: valor total de U\$ 135 milhões, com pagamento inicial de 10 milhões; prazo de pagamento estipulado em 22 anos mais 03 de carência; reinvestimento de 75 por cento do valor total em áreas econômicas diversas; e juros de seis por cento da parte livre e 6.5 por cento da parte reinvestida. A parcela de U\$ 10.4 milhões – referente aos créditos e compromissos avulsos – foi reduzida para U\$ 7.7 milhões com prazo de pagamento de 15 anos, e juros de seis por cento a.a., além de pagamento inicial de U\$ 770.000.<sup>24</sup>

Com o relatório encaminhado em 19 de fevereiro de 1963 e diante da possibilidade da rápida conclusão da negociação e o fim dos problemas comerciais entre o Brasil e os Estados Unidos, o Presidente João Goulart afirmava em carta endereçada ao Presidente Kennedy, em oito de março de 1963:

“Estou convencido de que desse modo, ficam eliminadas as áreas de atrito que vinham prejudicando o desenvolvimento de entendimentos de maior alcance, do interesse dos nossos países, e que os propósitos expressos no comunicado conjunto resultante de nossas conversações em Washington, estão plenamente alcançados”.<sup>25</sup>

Após extinguir a CONESP, o presidente instituiu, em 08 de abril de 1963, o Decreto n. 51.892, constituiu uma comissão interministerial, “(...) para decidir sobre a nacionalização das empresas concessionárias que exploravam os serviços públicos de energia ou telecomunicações”.<sup>26</sup>

Em 23 de abril do mesmo ano, foi assinado em Washington um memorando de entendimento entre o embaixador brasileiro Roberto de Oliveira Campos e o Vice-presidente da AMFORP, William Nardof, com cópia enviada para o ministro de Estado das Relações Exteriores, Hermes Lima<sup>27</sup>. Tratava-se de uma declaração de intenções com as bases de uma transação sem a parte jurídica, mas “Essas condições serão formalizadas em contrato a ser negociado tão cedo o Governo brasileiro designe a comissão executiva de transação”<sup>28</sup>. O passo final seria a

---

<sup>22</sup> Relatório..., 1963.

<sup>23</sup> Histórico..., 1966, p.13.

<sup>24</sup> Relatório..., 1963.

<sup>25</sup> Goulart, 1963, p.1, pasta 108.

<sup>26</sup> Histórico..., 1966, p.13.

<sup>27</sup> Ofício 302/575, pasta 108.

<sup>28</sup> Ofício 550.21(22), p.1, pasta 108.

elaboração de um contrato, após o levantamento patrimonial e contábil das subsidiárias brasileiras. Contudo, a AMFORP, que até aquele momento se manteve na penumbra dos acontecimentos e desconhecida pelo público, foi iluminada pelos holofotes da mídia.

## Um jogo de luzes e sombras

Em 28 de maio de 1963, o então ex-governador do Rio Grande do Sul e deputado federal, Leonel Brizola deu entrevista à TV-Rio e à Rádio Mayrink Veiga. Afirmava Brizola que se tratava de uma “decisão inaceitável” e de posse de uma cópia da ata da comissão interministerial, criticava duramente o posicionamento do governo em manter as negociações em caráter sigiloso: “Além dos aspectos lesivos à economia popular (...) há ainda a considerar o aspecto moral. A este respeito, a incrível operação não se reveste de um mínimo de requisitos”<sup>29</sup>. O valor apontado pelo ex-governador era de U\$ 188 milhões de dólares, valor “estranhamente” aceitado pelo Governo Brasileiro, uma vez que a CONESP havia avaliado o valor em U\$ 57.3 milhões. Em 30 de maio, Brizola reafirmava as críticas com base na documentação arrolada em discurso à Câmara Federal, acarretando na abertura de uma Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar os fatos.<sup>30</sup>

A repercussão foi imediata. Em discurso realizado em Juiz de Fora, o presidente João Goulart afirmou que não se tratava de uma negociação secreta com os EUA: “Jamais permitirei qualquer transação escusa, porque antes de se realizar qualquer negociação definitiva, o primeiro a saber dela, em termos claros, há de ser o próprio povo brasileiro”.<sup>31</sup>

Enquanto que os ministros Almino Afonso e Hélio de Almeida<sup>32</sup> se posicionavam publicamente contra a compra das concessionárias, o Governo rebateu, poucos dias depois, as críticas de Leonel Brizola, por meio do discurso do líder do governo na Câmara, Deputado Oliveira Brito:

“1) que não há nenhum prazo marcado pelo Governo para a conclusão das negociações com as empresas estrangeiras; 2) que não foi tomada qualquer decisão conclusiva na última reunião de Ministros que compõem a Comissão Ministerial encarregada de estudar o problema; 3) que não passa de ‘um rascunho apresentado por um assessor da Conesp’ o documento anunciado pelo Deputado Leonel Brizola como sendo a ata da última reunião da Comissão Interministerial; e 4) que o Presidente da República ainda não deu sua aprovação a qualquer acerto”.<sup>33</sup>

Ademais, ante a possibilidade de pressão estadunidense, o ministro da Fazenda San Tiago Dantas disse que os “(...) entendimentos para compra das empresas subsidiárias de serviço público tiveram início ainda no período parlamentarista, na gestão do Sr. Tancredo Neves”<sup>34</sup>. A medida

<sup>29</sup> Brizola, 1963, p.3.

<sup>30</sup> Cf. < <http://www2.al.rs.gov.br/biblioteca/LinkClick.aspx?fileticket=ifUKGIUOtQ0%3d&tabid=3096>> (O discurso, na íntegra encontra-se na página 584).

<sup>31</sup> Goulart, 1963, p.9

<sup>32</sup> “O Ministro Almino Afonso disse, ontem [01 de junho], que é ‘frontalmente contrário à compra das concessionárias do serviço público’, enquanto o Ministro Hélio de Almeida distribuiu nota à imprensa manifestando-se em favor da nacionalização, mas contra a maneira como vem sendo feito o negócio e o Deputado Leonel Brizola anunciava que ‘já falam em estado de sítio os que defendem essa negociata’”. Almino..., 1963, p. 5.

<sup>33</sup> Líder..., 1963, p.4.

<sup>34</sup> Dantas, 1963, p.12, pasta 108.

de compra visava, segundo o ministro, solucionar o problema da deficiência energética que o país passava, além de outras medidas como o imediato tombamento do patrimônio das empresas concessionárias. Ademais, o valor apontado tratava-se de um teto máximo e que poderia ser retificado após avaliação das instalações físicas.

As respostas dadas pelo Governo não aplacaram as críticas veiculadas pelos jornais. De fato, o posicionamento nacionalista que ganhava força no país orientava a opinião pública contra as empresas estrangeiras. Nesse sentido, questões como o valor a ser pago e a ideia de incorporação não indenizatória foi mais evidenciado por meio do contínuo esforço dos opositores do governo, na medida em que as críticas aumentavam o tom, ao tachar a operação, ainda em estágio inicial, com termos pejorativos relacionados à conclusão e à negócios escusos:

“Para a opinião pública, é cada dia mais evidente que se trata de um revoltante ato de traição nacional e uma negociata espantosa, provavelmente a maior de que se tem notícia em toda a nossa história. É um duplo escândalo. Primeiro, por se pretender comprar um acervo que virtualmente já pertence ao povo brasileiro. Depois, por se pretender avaliar essa compra sobre uma base três vezes mais elevada do que aquela que foi fixada pelos técnicos da Comissão de Nacionalização dos Serviços Públicos, já feita a correção da moeda segundo os índices oficiais do Conselho Nacional de Economia. Por isso mesmo, é com indignação que o povo brasileiro encara esse sujo e revoltante negócio contrário aos nossos interesses e à própria soberania do Brasil”.<sup>35</sup>

A polêmica que envolveu a aquisição das subsidiárias da AMFORP acarretou num interessante efeito colateral. De acordo com o gráfico elaborado pelo Jornal “Estado de São Paulo” (Figura 01), não havia notícia acerca das atividades da empresa estadunidense no país. Essa observação reforça a argumentação de Ferreira, Silva e Simonini da efetividade da estratégia de anonimato por parte da empresa<sup>36</sup>. Porém, a “descoberta” da presença da AMFORP acirrou ainda mais os ânimos nacionalistas.

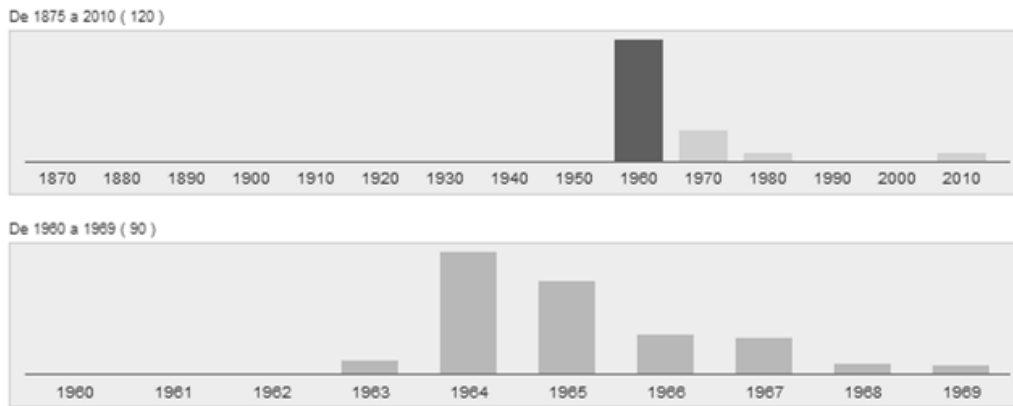
Acerca dos principais pontos criticados, o Governo brasileiro tratou de responder no decorrer das inúmeras sessões parlamentares, Comissões Parlamentares de Inquérito (CPI’s) e discursos a fim de tentar reverter a desfavorável repercussão de 1963. Em 12 de junho de 1963, o ministro San Tiago Dantas defendeu alguns destes pontos, em sessão da Câmara dos Deputados, cuja primeira questão abordava o caráter sigiloso da operação de compra. O ministro afirmou que há um problema de datas, uma vez que as negociações se iniciaram no governo anterior, em 1961, evoluindo em conversações diante das repercussões internas e externas, uma vez que o caso da AMFORP serviria de modelo para as soluções de problemas ligados a investimentos estrangeiros na área pública.<sup>37</sup>

---

<sup>35</sup> Crime..., 1963, p.8

<sup>36</sup> Ferreira, Silva e Simonini, 2013.

<sup>37</sup> Dantas, 1963, pasta 108.



**Figura 01. Notícias relacionadas à AMFORP entre 1870-2010**

Fonte: <http://acervo.estadao.com.br/procura#!/amforp/Acervo///1/1960/>

Outro ponto sensível foi uma possível pressão estadunidense por meio da emenda proposta pelo senador Bourke Blakemore Hickenlooper, no *Foreign Aid Act* de 1962. De acordo com o artigo 6º, a ajuda financeira estadunidense seria condicionada às relações comerciais entre os EUA e o país solicitante e caso alguma empresa norte-americana fosse encampada sem os custos indenizatórios, o pedido seria negado. Nesse sentido, o ministro Dantas aponta que os entendimentos preliminares ocorreram antes da emenda, datada de primeiro de agosto de 1962 enquanto que a proposta de venda pela AMFORP e a criação da CONESP se iniciaram em 21 de novembro de 1961 e 30 de maio de 1962, respectivamente.<sup>38</sup>

Sobre o valor a ser pago, afirmava que a AMFORP era contrária ao estipulado pela CONESP, uma vez que a empresa solicitava um total de 149 milhões de dólares, inclusos U\$ 10 milhões e 600 mil proveniente das ações e U\$ 10 milhões e 400 mil de créditos de várias naturezas. Com o desenrolar das negociações, o preço final foi estimado em U\$ 135 milhões, além da redução dos citados créditos para U\$ 7 milhões e 700 mil. O ministro assim conclui: “Não houve nisso, (...), nada que pudesse ser considerado deslize, nada que pudesse representar a aplicação de um critério tecnicamente indefensável, mas, pelo contrário, uma negociação legítima, conduzida de acordo com os princípios da equidade”<sup>39</sup>. Ademais, todas as negociações, aponta Dantas foram vantajosas para o Brasil, se comparado às realizadas em outros países, cujo exemplo utilizado foi o prazo de pagamento: enquanto que no México e na Colômbia deveriam ser quitados em 17 anos, a CONESP estendeu para 25 anos, sendo 03 de carência.

Porém, a situação física-contábil das subsidiárias foi a que mereceu maior destaque. Tratado, pela oposição, como “ferro-velho”, o ministro afirmava que a idade média dos equipamentos não ultrapassava os 14 anos. Em relatório mimeografado constante no Fundo Thibau, os dados estatísticos das subsidiárias podem assim ser apontados: Dados quantitativos: em 1930, as 10 concessionárias atendiam, em conjunto, uma ponta de carga de 74.540 quilowatts. Em 1963, a carga total passou para 677.102 quilowatts, excluindo os dados de Pernambuco e do Rio Grande do Sul, nesse momento já encampadas. Se incluídas (nos anos que atendiam), o somatório atingia

<sup>38</sup> Dantas, 1963, pasta 108.

<sup>39</sup> Dantas, 1963, p.14, pasta 108.

806.800 quilowatts. Com estes dados, o relatório apontava salto quantitativo nas operações das subsidiárias:

“O simples fato de terem os serviços a cargo das concessionárias crescido nessa proporção constitui evidência de que suas instalações não podem ser compostas de ‘ferro velho’. Com efeito, para que assim fossem, precisariam ter em sua maioria idade de ordem de 30 anos, o que importaria supor que há 30 anos as subsidiárias da AMFORP já dispunham de instalações capazes de atender a uma solicitação de serviço cerca de 11 vezes superior a que existia na ocasião, o que seria um absurdo sob o pontos de vista financeiro e econômico”.<sup>40</sup>

O investimento entre 1946 a 1961 girou em torno dos US\$ 220 milhões em obras e equipamentos de produção, transmissão e distribuição de energia elétrica. Destes, US\$ 120 milhões foram empregados em instalações de produção elétrica, com potência de 392.500 quilowatts, incluindo seis hidrelétricas e duas termoeletricas. Henry, sobre essa questão, afirmava que esse valor era maior do que dois terços do investido em outros sistemas controlados pela AMFORP<sup>41</sup>. E se considerar os equipamentos inutilizados, ainda de acordo relatório, 77.7 por cento da produção de energia provinha de equipamentos novos, com média de uso de 8.8 anos (média ponderada). Para se ter ideia da evolução da produção, da transmissão e da distribuição da AMFORP em solo brasileiro, o relatório destacava a comparação entre os anos de 1945 e de 1962 (Quadro 1).

**Quadro 1. Dados estatísticos operacionais da AMFORP**

Item	Unid	1945	1962
Localidades servidas	nº.	323	499
População servida	Hab.	5.493.900	7.552.400
Consumidores servidos	nº.	373.212	1.119.629
Carga máxima horária	kWh/h	163.551	766.264
Energia entregue ao sistema	kWh	818.231	3.728.220
Linhas de transmissão	Km	5.805	8.261
Capacidade nominal instalada em subestações abaixadoras e de interligação	kW	221.064	853.802

**Fonte:** Fundo..., s.d., pasta 86.

**Nota:** No cômputo geral de 1962, foram incluídos os dados referentes a Porto Alegre e a Pernambuco nos anos anteriores à encampação (1958 e 1961, respectivamente).

A situação se arrastou até 1964. Com o Golpe Civil-Militar, o novo governo se deparou com um compromisso de compra aprovado e moralmente válido, porém não cumprido e crescente deterioração dos serviços de energia elétrica em grande parte do território brasileiro<sup>42</sup>. Houve uma proposta por parte do Governo na permanência da companhia no país, sob condições tarifárias justas, mas sem êxito.

<sup>40</sup> Fundo..., s.d., p.1, pasta 86.

<sup>41</sup> Sargent, 1963, pasta 120

<sup>42</sup> Aquisição..., s.d., pasta 181.

“Verificou-se, então, não mais interessar às concessionárias, nem lhes ser mais possível a retomada tranquila dos serviços, no ponto de envenenamento a que chegaram, no passado, os acontecimentos nos três planos de entendimento configurados nas relações de concessionárias e público consumidor, de concessionárias e Governo e de Governo a Governo”.<sup>43</sup>

A solução apontada no relatório consistiu na manutenção da opção de compra com os seguintes pontos: 1. Garantia de que o memorando de 22 de abril de 1963 reflita um negócio de interesse para o Brasil; 2. Eliminação das áreas de atrito com os EUA; 3. Restabelecimento de confiança dos meios financeiros mundiais em favor do país; 4. Atenção aos usuários brasileiros e garantias para o bom desenvolvimento de suas atividades econômicas dependentes do setor energético.<sup>44</sup>

Para dar prosseguimento à questão, o Governo constituiu nova Comissão Interministerial, com participação dos ministérios de Minas e Energia, Relações Exteriores, Ministro extraordinário para o Planejamento e Coordenação Econômica e o Presidente da Eletrobrás, para reexaminar o memorando de 22 de abril de 1963. De acordo com relatório de 18 de agosto de 1964, se fez necessário uma atualização na redação do memorando, atualizando datas e valores.

Adotou-se o preço teto de U\$ 135 milhões, sendo U\$ 10 milhões à vista – até 30 dias após a assinatura do contrato. O restante seria quitado em duas parcelas: uma de U\$ 24.750 milhões em 22 anos (após três de carência e com juros de seis por cento a.a); e o restante – U\$ 100.250 milhões, nas mesmas condições da parcela anterior, mas com juros de 6.5 por cento a.a. A última parcela, entretanto, seria totalmente reinvestida na Eletrobrás pelo prazo de 20 anos, redundando em pagamentos que se estenderiam até 2009.<sup>45</sup>

E com relação aos juros, dividendos e créditos correntes das subsidiárias, no valor de U\$ 7.7 milhões, devido à AMFORP seriam transferidas para o comprador nas seguintes condições: 10 por cento do valor pago a vista, em até 30 dias da entrada em vigor do contrato; e o restante pago em 15 anos com seis por cento a.a de juros. E a compensação financeira, no valor de U\$ 10 milhões, pelas variações patrimoniais entre primeiro de janeiro de 1963 a primeiro de julho de 1964 seriam pagos em 10 anos a juros de seis por cento a.a.<sup>46</sup>

A nova redação mantinha e ampliava as vantagens anteriormente obtidas, além da adoção de critérios mais precisos e detalhados sobre a operação de compra. E destacava:

“A análise de operação caracterizada nas suas linhas mestras ao novo Memorando é proporcionada pela comparação dos compromissos financeiros a serem assumidos pela Eletrobrás, com os recursos que lhe serão proporcionados pelas tarifas das Companhias de que assumirá o controle. Esta comparação demonstra a rentabilidade da operação”.<sup>47</sup>

Ainda de acordo com o relatório, uma perícia internacional do valor contábil-patrimonial era indispensável para a conclusão da operação. Nesse sentido, foi celebrado um contrato com a *Scandinavian Engineering Corporation* em 12 de novembro de 1964. De origem sueca, a empresa empregou engenheiros e economistas que atuaram no Brasil entre 24 de novembro de 1964 e 22 de junho de 1965, num total de 120 homens-hora (24 funcionários). Os serviços

<sup>43</sup> Aquisição..., s.d., p.3, pasta 181.

<sup>44</sup> Aquisição..., s.d., pasta 181.

<sup>45</sup> Relatório..., 1964, pasta 186.

<sup>46</sup> Relatório..., 1964, p. 13, pasta 186.

<sup>47</sup> Relatório..., 1964, p. 13, pasta 186.



executados consistiram no inventário físico, na verificação contábil e no cálculo do valor, em dólares, com acompanhamento de representantes do governo brasileiro e da AMFORP. A parte introdutória do relatório elaborado enfatizava a boa organização e veracidade do registro contábil e as condições materiais das subsidiárias: “Achamos que a escrita de todas as Companhias se encontra em perfeita ordem e deve ser considerada como de alto grau de satisfação. Outrossim, verificamos que todas as instalações existem, e que, com poucas exceções, seu tamanho e equipamentos estão de acordo com os desenhos e especificações”<sup>48</sup>.

Os dados arrolados pela *Scandinavian* permitem visualizar um quadro geral da estrutura organizacional e operativo da AMFORP no Brasil, principalmente no que se refere ao volume de usuários atendidos e à extensão da capacidade de produção, transmissão e distribuição de energia elétrica (Quadro 2).

É interessante apontar a participação acionária arrolada pela empresa sueca (Quadro 3). Percebe-se nítida preponderância da AMFORP, com valores superiores a 70 por cento no controle das subsidiárias. Os menores percentuais se referem aos estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo e pode ser explicado pela fragmentação anteriormente existente de pequenas companhias elétricas que foram incorporadas ao contrário dos demais estados. Dessa forma, foi necessário estabelecer maiores participações entre os acionistas minoritários, provavelmente os donos anteriores.

**Quadro 2. Dados estatísticos das subsidiárias, em 1963**

Subsidiária	População (1000)	Usuários (1000)	Energia M.kWh	Capacidade instalada MW	Linhas elétricas (milhas)	Empregados
Cia. Força e Luz Nordeste do Brasil (Natal/RN e Maceió/AL)	333	52	70	5	344	370
The Pernambuco Tramways & Power Co. Ltd.	1.051	95	307	22	577	931
Cia. Energia Elétrica da Bahia	964	109	314	9	797	781
Cia. Central Brasileira de Força Elétrica (Vitória/ES)	247	36	91	13	530	391
Cia. Força e Luz de Minas Gerais	843	138	426	33	1.024	713
Cia. Brasileira de Energia Elétrica (Niterói/RJ)	713	122	434	74	942	930
Cia. Paulista de Força e Luz	3.210	381	1.939	313	7.696	2.189
Cia. Força e Luz do Paraná	607	86	261	49	881	310
Cia. Energia Elétrica Rio Grandense	599	126	267	25	704	914
The Rio Grandense Light and Power Syd. Ltd.	135	20	33	7	166	255
<b>Total</b>	<b>8.702</b>	<b>1.1465</b>	<b>3.708</b>	<b>550</b>	<b>13.661</b>	<b>7.784</b>

<sup>48</sup> Scandinavian..., 1965, p.1.

Fonte: SCANDINAVIAN..., 1965.

**Quadro 3. Controle acionário das subsidiárias da AMFORP, em 1963**

Subsidiária	Pertencentes a AMFORP	Número total de ações	Porcentagem da AMFORP
Cia. Força e Luz Nordeste do Brasil	225.000	250.000	90.000
The Pernambuco Tramways & Power Co. Ltd. (ordinárias)	821.885	848.793	96.830
The Pernambuco Tramways & Power Co. Ltd. (preferenciais)	1.198.706	1.200.000	99.892
Cia. Energia Elétrica da Bahia	499.955	500.000	99.991
Cia. Central Brasileira de Força Elétrica	249.930	250.000	99.972
Cia. Força e Luz de Minas Gerais	3.840.260	5.875.000	65.366
Cia. Brasileira de Energia Elétrica	1.354.685	1.925.000	70.373
Cia. Paulista de Força e Luz	15.905.445	21.300.000	74.673
Cia. Força e Luz do Paraná	1.377.790	1.550.000	88.890
Cia. Energia Elétrica Rio Grandense	454.750	473.000	96.142
The Rio Grandense Light and Power Syd. Ltd.	100.000	100.000	100.000

Fonte: SCANDINAVIAN..., 1965.

O valor calculado, após exposição de metodologia e de sua aplicação numa operação complexa, foi de U\$ 151.444 milhões, superior ao valor de compra, de U\$ 135 milhões. Diante dessa conclusão, a *Scandinavian* ainda estabelece que, caso fossem utilizados os parâmetros de reconstrução adotados pelos relatos da Servix e da Christiani-Nielsen<sup>49</sup>, a Eletrobrás teria comprado: “(...) as instalações por 52 por cento do que teria custado um sistema completamente novo. Levando em conta o bom estado das instalações, somos de opinião que o preço é favorável à Eletrobrás”.<sup>50</sup>

De posse do parecer favorável da *Scandinavian* e acertados diversos pontos divergentes com a AMFORP, o então presidente da Eletrobrás, Octávio Marcondes Ferraz ratifica a minuta do contrato, elaborado em 25 de janeiro de 1965 com o seguinte preâmbulo:

“Considerando que, em 22 de abril de 1963, foram assentadas, entre o Governo Brasileiro, de um lado, e a AMFORP e a BEPCO, de outro lado, as bases de uma operação pela qual as Vendedoras se comprometeram, entre outras coisas, a transferir ao Governo, ou a uma agência deste devidamente autorizada, todas as ações e créditos possuídos pelas Vendedoras na data de 31 de dezembro de 1962 em empresas concessionárias de serviços de utilidade pública (adiante denominadas ‘Companhias de Operação’) nos Estados Unidos do Brasil, e que a Compradora e as Vendedoras concordaram em celebrar um contrato consubstanciando as bases estabelecidas em 22

<sup>49</sup> Em 1962 a AMFORP contratou a Servix Engenharia S.A. e a Christiani-Nielsen Engenheiros e Construtores S.A., para realização de inventário físico e cálculo dos valores, como primeiro passo para venda de suas subsidiárias para o Governo Brasileiro. A empresa sueca adotou alguns parâmetros como base para seus cálculos e acrescentava que “o relatório da Christiani-Nielsen contém informações sobre usinas geradoras e algumas subestações, enquanto o relatório da Servix concentra-se principalmente nas linhas de transmissão, subestações e instalações de distribuição”. *Scandinavian...*, 1965, p.9.

<sup>50</sup> *Scandinavian...*, 1965, p.42.

de abril de 1963, reajustando, porém, aqueles pontos dessas mesmas bases que o tempo decorrido exigia fossem atualizadas”.<sup>51</sup>

No discurso para apresentação do projeto de lei (n.5 de 1964), o ministro Mauro Thibau descreveu sucintamente ao Congresso<sup>52</sup> a estrutura do histórico da negociação, enfatizando as principais vantagens obtidas e, principalmente, dando respostas às críticas desta operação. De acordo com o ministro, caso tivesse o Governo optado pela manutenção da AMFORP a frente das atividades no setor elétrico, asseverava que o “dispêndio cambial resultante da remessa de dividendos legais no regime de tarifa justa tal [forma] que o desembolso em moeda forte no prazo previsto de 45 (quarenta e cinco) anos seria superior em mais de US\$ 300.000.000”.<sup>53</sup>

Com a aprovação do projeto, transformado na Lei n.4.428, de 14 de outubro de 1964, o Governo Brasileiro adquiriu as propriedades das subsidiárias da AMFORP. Este processo, iniciado três anos antes marca o encerramento definitivo de 37 anos de atuação da empresa estadunidense no país, cuja operação se estendeu por boa parte do território nacional. Encerrava-se igualmente um período de forte ação de empresas internacionais em setores considerados estratégicos, como a concessão de energia elétrica, em grande parte orientado pelo tom nacionalista, mas sobretudo, pela possibilidade de levar adiante o desenvolvimento dessas áreas graças ao acúmulo de expertise e da transferência de conhecimento propiciado por estas companhias.

## Considerações finais

Wilson Cano afirma que “nenhum período foi tão importante para a sociedade brasileira como o de 1930-1980 dado que foi nele onde ocorreram grandes transformações políticas, sociais e econômicas, gestadas e direcionadas em prol da construção da nação”<sup>54</sup>. O autor acrescenta: “Nesse intervalo, mas, sobretudo, nas três primeiras décadas e meia, o desenvolvimento econômico *planejado* passou a ser praticado como principal política de Estado na perspectiva de superação do subdesenvolvimento nacional”, com maior integração do mercado interno. O momento perpassa, assim, as duas primeiras fases da industrialização nacional: a primeira, da industrialização “restringida” (de 1930 a 1955) e, a segunda, da industrialização “pesada” (de 1956 a 1970).

O processo de urbanização gerado colocou em cheque não somente o despreparo das cidades em sua estrutura física e no oferecimento de infraestrutura e de serviços como os gargalos à modernização da economia que se pretendia, com destaque ao setor energético. Para enfrentá-lo, se desencadeia uma série de medidas centralizadoras e de cunho nacionalistas e uma discussão, no plano político, entre posições divergentes, mostrado em trabalho anterior.<sup>55</sup>

Dessa forma, as empresas estrangeiras atuantes no Brasil ficaram na berlinda. A *American & Foreign Power Co.*, uma das principais concessionárias de energia elétrica desde 1927, trouxe uma especificidade na sua forma de atuação que era a sua discrição no tocante à origem do seu

<sup>51</sup> Minuta..., 1965, p.1, pasta 188.

<sup>52</sup> Na cópia oficial, é tratada como a Mensagem n.10, de 1964, com número de origem 373.

<sup>53</sup> Thibau, 1964, p.16, pasta 194.

<sup>54</sup> Cano, 2007, p.61.

<sup>55</sup> Ferreira, Silva e Simonini, 2013.

capital e, sobretudo, do seu centro decisório, nos Estados Unidos. Encoberta pelas suas subsidiárias espalhadas no Nordeste, Sudeste e Sul do país – ao contrário da Light – a empresa se viu forçada a se desfazer de suas propriedades quando a conjuntura político-econômica não era mais favorável a uma operação rentável.

Nesse estudo que construiu um quadro geral da operação da AMFORP no Brasil desde a sua configuração durante a compra de pequenas empresas, a formação de um patrimônio que se estendeu por grande parte do território e a atuação em todas as etapas do fornecimento de energia elétrica – produção, transmissão e consumo – exposto no primeiro trabalho<sup>56</sup> e os debates e o declínio de suas atividades, tratado no segundo artigo<sup>57</sup>, conclui-se aqui o compromisso assumido anteriormente por Ferreira, Silva e Simonini acerca da finalização da presença da AMFORP no Brasil.

Pode-se afirmar, nesse “mar de números” e idas-e-vindas de negociações, que o processo de compra de suas subsidiárias pelo Estado expôs a luz um posicionamento de diversos atores nacionais e estrangeiros, mobilizando a imprensa, os poderes legislativo e executivo e a opinião pública. Se até então a estratégia operacional consistia num ocultamento proposital com a manutenção da Pessoa Jurídica de cada empresa adquirida pela AMFORP entre 1927 a 1939 e na inexistência de uma identidade própria, as supostas divergências entre os valores de pagamento e a infraestrutura existente incidiram na emergência, no “aparecimento” da empresa estadunidense como uma corporação para o Brasil, e não mais na penumbra de suas subsidiárias, quando, justamente, se encerrava sua atuação, num momento de grandes transformações sociais, políticas e econômicas no país.

## Agradecimentos

Os autores agradecem ao HCurb, pela disponibilização do acervo físico e digital e ao CNPq e CAPES pelas bolsas concedidas e pelo apoio financeiro à pesquisa.

## Bibliografia

- ALMINO e Hélio são contra a compra das concessionárias. *Jornal do Brasil*, 1963, ano 73, n.127, p.5.
- AMERICAN & FOREIGN POWER COMPANY. *Annual Report for 1961*. New York: AMFORP, 1961.
- AQUISIÇÃO das concessionárias de energia elétrica do grupo AMFORP. Fundo Thibau. Rio de Janeiro: Centro de Memória da Eletricidade, [s.d.]. Pasta 181. mimeo.
- BRIZOLA denuncia encampação como crime de lesa pátria. *Jornal do Brasil*, 1963, ano 73, n.123, p.3.

---

<sup>56</sup> Ferreira, Silva e Simonini, 2012.

<sup>57</sup> Ferreira, Silva e Simonini, 2013.

- BUESCU, Mircea. Arranco ou transição (1930/1960). In PAIM, Antônio (org.). *História Econômica do Brasil*. [En línea]. Leitura Básica. [S.l.]: Centro de Documentação do Pensamento Brasileiro, 2011, p.289-311. <[http://www.cdpb.org.br/mircea\\_buescu.pdf](http://www.cdpb.org.br/mircea_buescu.pdf)>. [15 de outubro de 2014].
- CANO, Wilson. Brasil: é possível uma reconstrução do Estado para o Desenvolvimento? *Revista do Serviço Público*, 2007, n. especial, p.59-69.
- CANO, Wilson. Getúlio Vargas e a formação e integração do mercado nacional [En línea]. In ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL, 11., Salvador. *Anais eletrônicos...* Salvador: ANPUR, 2005, p.1-15. <<http://www.xienanpur.ufba.br/234.pdf>>. [27 de novembro de 2014].
- CANO, Wilson. *Questão regional e urbanização no desenvolvimento econômico brasileiro pós-1930*. Campinas: UNICAMP, 1988. mimeo.
- CLEMENTINO, Maria do Livramento. *Economia e Urbanização*. Natal: UFRN/CCHLA, 1995.
- CRIME de Lesa-Pátria. *Novos Rumos*, 1963, ano 5, n.224, p.8, 7-13.
- DANTAS, San Tiago. *Discurso proferido em sessão noturna da Câmara dos Deputados em 12 de junho de 1963 pelo ministro da Fazenda*. Fundo Thibau. Rio de Janeiro: Centro de Memória da Eletricidade, 1963. Pasta 108. mimeo.
- FERREIRA, Angela Lúcia A.; SILVA, Alexsandro F. C.; SIMONINI, Yuri. Os donos da luz: sistemas de gestão e redes técnicas no território brasileiro. O caso da AMFORP (1927-1939) [En línea]. In GLOBALIZACIÓN, INNOVACIÓN Y CONSTRUCCIÓN DE REDES TÉCNICAS URBANAS EN AMÉRICA Y EUROPA, 1890-1930, 2012, Barcelona, Espanha. *Anais eletrônicos...* Barcelona: Geocritica, 2012, p. 1-20. <[http://www.ub.edu/geocrit/Simposio/cFerreiraetal\\_Osdonos.pdf](http://www.ub.edu/geocrit/Simposio/cFerreiraetal_Osdonos.pdf)>. [18 setembro de 2014].
- FERREIRA, Angela Lúcia; SIMONINI, Yuri; SILVA, Alexsandro F. C. A penumbra da luz: redes técnicas brasileiras e a gestão da AMFORP entre 1952 a 1963. In SIMPÓSIO INTERNACIONAL ELETRIFICAÇÃO E MODERNIZAÇÃO SOCIAL, 2., 2013, São Paulo, SP. *Anais...* São Paulo, SP: USP, 2013. p. 1-24.
- FUNDO Thibau. *Sem título*. Rio de Janeiro: Centro de Memória da Eletricidade, [s.d.]. Pasta 86. mimeo.
- GERMANO, José Wellington. *De pé no chão também se aprende a ler*. São Paulo: Cortez, 1989.
- GOULART afirma que jamais permitirá transação escusa com concessionárias. *Jornal do Brasil*, 1963, ano 73, n.126, p.9.
- GOULART, João. *Carta remetida ao Presidente John Kennedy, em 08 de março de 1963*. Fundo Thibau. Rio de Janeiro: Centro de Memória da Eletricidade, 1963. Pasta 108. mimeo.
- HISTÓRICO da Operação de Compra das ações e direitos da AMFORP e BEPCO nas suas subsidiárias no Brasil. [s.l: s.n.], 1966. Fundo Thibau. Rio de Janeiro: Centro de Memória da Eletricidade. mimeo.

IDEIA de compra de empresas vem de longe, diz San Tiago. *Jornal do Brasil*, 1963, ano 73, n.129, p.4.

LÍDER defende posição do Governo na compra das concessionárias. *Jornal do Brasil*, 1963, ano 73, n.128, p.4.

MINUTA do contrato encaminhada pelo presidente da Eletrobrás, Octávio Marcondes Ferraz em 25 de janeiro de 1965. Fundo Thibau. Rio de Janeiro: Centro de Memória da Eletricidade, 1965. Pasta 188. mimeo.

OFÍCIO 302/575. Fundo Thibau. Rio de Janeiro: Centro de Memória da Eletricidade. Pasta 108. mimeo.

RELATÓRIO da Comissão de Nacionalização das Empresas Concessionárias de Serviços Públicos (CONESP), 1963. Fundo Thibau. Rio de Janeiro: Centro de Memória da Eletricidade. Pasta 49. mimeo.

RELATÓRIO da Comissão Interministerial Para Conclusão Das Negociações Com A AMFORP, de 18 de agosto de 1964. Fundo Thibau. Rio de Janeiro: Centro de Memória da Eletricidade, 1964. Pasta 186. mimeo.

SARGENT, Henry B. *Carta do presidente da AMFORP endereçada ao presidente Goulart, de 26 de novembro de 1963*. Fundo Thibau. Rio de Janeiro: Centro de Memória da Eletricidade, 1963. Pasta 120. mimeo.

SCANDINAVIAN ENGINEERING CORPORATION. *Relatório sobre as verificações e determinações especificadas na cláusula décima oitava do contrato de compra e venda entre Eletrobrás, AMFORP e BEPCO, 12 de novembro de 1964*. Fundo Thibau. Rio de Janeiro: Centro de Memória da Eletricidade. mimeo.

THIBAU, Mauro. *Discurso para apresentação do projeto de lei (n.5 de 1964), pelo ministro ao Congresso*. Fundo Thibau. Rio de Janeiro: Centro de Memória da Eletricidade, 1965. Pasta 194. mimeo.